

# Comissão votará quebra de sigilo de dez parlamentares

A CPI do Orçamento vota hoje a quebra de sigilo bancário de mais 10 parlamentares, cujos nomes aparecem na documentação apreendida na casa do diretor da empreiteira Norberto Odebrecht, Ailton Reis, que também terá suas contas vasculhadas. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), antecipou que na próxima segunda-feira a comissão deve aprovar a quebra de sigilo bancário de todos os funcionários públicos envolvidos com a tramitação de emendas ao Orçamento, desde os assessores do Congresso até servidores do Tesouro Nacional, onde são liberados os recursos, informou a Agência Brasil.

O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), disse não ter mais dúvidas sobre a existência, entre empreiteiras, parlamentares e o Executivo, de interesses não explicados. Ele informou, contudo, que o número de parlamentares envolvidos é muito menor que se imaginava antes. Passarinho afirmou que poucos nomes novos aparecem na lista dos que realmente teriam recebido propinas, já que os demais citados ou já apareceram nas denúncias anteriores ou estão entre os que só receberão brindes, segundo a Agência Globo.

"Pelo que vi até agora ninguém me convence de que não existe essa organização. O importante agora

é caracterizar como funciona esse esquema e depois investigar e punir os envolvidos" disse Passarinho.

Os parlamentares, governadores, autoridades do Executivo e até simples secretárias que receberam brindes, Passarinho acha que não merecem uma investigação maior, já que os presentes não caracterizam a existência de corrupção:

"Mas alguns aparecem em uma lista manuscrita de propinas, com o detalhamento das emendas e o valor pago a cada parlamentar. Esses vamos investigar a fundo", anunciou.

O critério adotado para a triagem era a citação de cada nome mais de uma vez nas denúncias que chegaram até agora à CPI.

A subcomissão de bancos concluiu a análise das contas do deputado Ibsen Pinheiro, encontrando uma movimentação de US\$ 1,28 milhão nos últimos cinco anos, incluindo as duas remessas de recursos para o Uruguai às vésperas do Plano Collor. A mesma subcomissão não encontrou nenhuma movimentação suspeita nas contas do senador Mauro Benevides (PMDB-CE) nem do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e está prestes a concluir a análise das contas do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), que movimentou, desde 1989, mais de US\$ 7 milhões.